

3. AS MULHERES NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO BRASILEIRO

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais

As mulheres rurais no contexto dos movimentos sociais rurais e de mulheres

As mulheres trabalhadoras rurais frequentemente estão presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros, embora nem sempre sua participação seja reconhecida. Apenas no período mais recente parte dessa história tem sido resgatada. Podemos citar como exemplo o estudo sobre o seu papel nas Ligas Camponesas, importantes organizações de luta pela terra e pelos direitos dos agricultores, surgidas do Nordeste brasileiro no final dos anos 1950.¹ Conforme Paola Cappellin (1989 apud Carneiro, 1994), até a década de 1980, a inserção das mulheres nos movimentos sociais rurais realizava-se, normalmente, por meio da participação dos seus respectivos maridos ou de outros familiares; com o impedimento legal ou a morte destes, elas assumiam, por exemplo, os cargos de liderança que eles

1 Ver, por exemplo, o documentário realizado em 2005, por Maria The-reza Azevedo, da Universidade Metodista de Piracicaba, sobre Alexi-na Crespo, esposa de Francisco Julião (<<https://www.youtube.com/watch?v=WuuPpcJ4mCU>>. Acesso em: 19 jan. 2015). Sua realização foi apoiada por um projeto de resgate da memória camponesa no Brasil, do Núcleo de Estudos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse projeto, a participação das mulheres foi bastante valorizada.

exerciam, dando continuidade à sua luta. Mas quem ficava conhecido era o homem, não a esposa.

Um dos exemplos de liderança feminina desse período é Margarida Maria Alves, eleita presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1973 (e reeleita outras quatro vezes, sucessivamente), e assassinada em 12 de agosto de 1983 por pistoleiros contratados por latifundiários donos de usinas de cana-de-açúcar da região. Enquanto sindicalista, defendeu a garantia dos direitos dos assalariados, sistematicamente descumpridos pelos patrões. Tornou-se, após a sua morte, símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais, ficando conhecida por sua frase “Da luta eu não fujo”, pronunciada pouco tempo antes de morrer. Outras lideranças rurais femininas também ficaram conhecidas nacionalmente, como Elisabete Teixeira e Alexina Crespo, mas todas são exceções em relação ao conjunto das lideranças dos movimentos.

Na década de 1970, no auge da ditadura militar no Brasil, a única força política que se manteve organizada entre os trabalhadores rurais foi o movimento sindical, ainda que adaptado ao contexto de fechamento político da época: em muitos casos, limitava-se à prestação de serviços médicos e odontológicos e ao encaminhamento das aposentadorias dos trabalhadores. Com o aparecimento das pastorais sociais da Igreja Católica, que organizavam as Comunidades Eclesiais de Base, e, em particular, com a formação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, esse quadro mudou. Foram recriados ambientes de mobilização e organização de agricultores e agricultoras, que, em um primeiro momento, se voltaram para a “retomada” dos sindicatos como ferramentas de luta dos trabalhadores rurais e, posteriormente, para a estruturação de movimentos sociais independentes daquelas estruturas. Os sindicalistas tradicionais passaram a ser chamados de “pelegos” em contraposição àqueles que se autodenominavam “combativos”.

Carmen Deere (2004) refere-se particularmente ao período de abertura democrática (década de 1980) como sendo aquele em que se criaram as condições para o aparecimento dos movimentos específicos das mulheres rurais, como resultado do trabalho de orga-

nização das mulheres promovido por setores da Igreja, assim como da consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil.

Os primeiros movimentos de mulheres com impacto no Brasil, ainda no período da ditadura militar, foram os Movimentos contra a Carestia, e, na mesma época, os Movimentos Femininos pela Anistia. Em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, foram seguidos por articulações de luta por creches e por melhorias de infraestruturas nos bairros (associações de moradores), frequentemente lideradas por donas de casa. A instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, abrindo a década da mulher, ajudou a dar visibilidade e a reunir diversos grupos e entidades cujo foco principal era a participação das mulheres nas lutas sociais e políticas.

Vera Soares (1994) lembra que os movimentos feministas e a organização das mulheres se constituíram a partir de diferentes pontos de partida no Brasil. Em um primeiro momento, como dito, formaram parte do movimento popular e democrático, com o apoio das igrejas progressistas (em especial, aquelas ligadas à Teologia da Libertação), que procuravam politizar as reivindicações cotidianas dessas mulheres. Simultaneamente, dentro dos sindicatos, buscava-se um espaço próprio de reflexão e elaboração, disputando-se a existência de uma “questão da mulher” junto à luta dos trabalhadores em geral. Havia ainda as mulheres urbanas, de classe média, que, inspiradas em experiências europeias e norte-americanas, organizavam-se em grupos de reflexão sobre a condição feminina, sendo, em geral, apenas esses últimos movimentos reconhecidos como “feministas”.

Nota-se que, por essas características, o movimento de mulheres que aqui se desenvolveu – mesmo sem ser reconhecido como feminista – já surgiu como um movimento de contestação, sem o espaço ocupado pelo feminismo liberal em outros países, em geral formado por setores de classe média. Carmen Deere e Magdalena León (2002) chamam a atenção para o fato de, nesse período, nos países desenvolvidos, as lutas das mulheres terem ocorrido mais no campo do reconhecimento da identidade, do reconhecimento cultural, enquanto em países como o Brasil havia uma pressão mais forte pelas questões distributivas, econômicas e de justiça social.

Durante muitos anos, foram as comemorações do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que serviram de ponte para que se estreitassem os laços entre organizações tão diferentes como associações de bairros, sindicatos, pastorais, grupos de reflexão, entidades da sociedade civil, ONGs de prestação de serviços e tantas outras que de alguma forma se identificavam com o feminismo. Encontros Feministas brasileiros e latino-americanos, que ocorreram a partir de 1981, também foram fóruns importantes na busca de uma unidade.

O sindicalismo rural e os movimentos autônomos de mulheres

No meio rural, em um primeiro momento, houve um esforço de incorporarem-se as mulheres aos quadros sindicais, mas essa questão esbarrava no entendimento de que apenas um membro da família poderia ser sindicalizado, que era, em geral, o homem. Posteriormente, mesmo as mulheres tendo obtido o direito à sindicalização, muitos movimentos que se criaram em torno da questão feminina preferiram manter-se autônomos em relação à estrutura sindical, por considerarem que nesses espaços mistos não havia a valorização das lutas das mulheres.

O ano de 1985 costuma ser citado por várias pesquisadoras como ano-chave para as mulheres rurais, por conta do aparecimento público da sua reivindicação de sindicalização, em função de dois eventos: a mobilização ocorrida em Nova Timboteua, no Pará, em que as mulheres saíram em passeata até a sede da Delegacia Regional do Trabalho (órgão estatal a que os sindicatos estavam vinculados), exigindo (e conseguindo) sua sindicalização;² e a aprovação, no IV Congresso da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –, pela primeira vez, de uma moção de apoio à

2 Sobre a história da participação das mulheres rurais nos movimentos sindicais e de luta pela terra no estado do Pará, ver, em particular, a dissertação de mestrado de Waldiléia Amaral (2007).

sindicalização das mulheres e ao reconhecimento da sua condição profissional de trabalhadoras rurais (Carneiro, 1994).

Na verdade, a organização dos movimentos de mulheres rurais já havia se iniciado alguns anos antes, pelo menos em duas regiões: na região Sul do país, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e na região Nordeste, nos estados de Pernambuco e da Paraíba (Deere, 2004; Almeida, 1995). Desde 1982 já havia mobilizações de mulheres no interior do Nordeste para protestar contra a sua exclusão das frentes de emergência formadas pelo governo para mitigar os efeitos das secas prolongadas. Em 1984, criou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão Central de Pernambuco, responsável pelo encaminhamento à Contag da referida proposta de sindicalização das mulheres. No sul do país, desde 1980 já ocorriam reuniões promovidas pela Igreja, em conjunto com o movimento sindical regional, discutindo-se a questão da sindicalização das mulheres.³

Vanete Almeida, assessora sindical em Pernambuco e uma das fundadoras do MMTR do Nordeste, conta, em seu livro de memórias, sobre o contexto em que se deu o início da organização das mulheres. Em primeiro lugar, fala sobre a ausência das mulheres no sindicalismo rural: no início dos anos 1980, em reuniões com cem pessoas, muitas vezes ela era a única mulher. Mesmo quando a reunião era na casa dos agricultores, as mulheres não apareciam na sala, ou ficavam só escutando da porta. Não almoçavam com os homens, mas sim em um momento posterior.

Ela e uma colega começaram a conversar com as mulheres e a perguntar opinião delas sobre os assuntos que estavam sendo discutidos (políticas de combate à seca, frentes de emergência). Conseguiram reunir 4 ou 5 mulheres. Às vezes, os homens assistiam a essas reuniões, o que causava muitos constrangimentos; em alguns casos, eles não deixavam a mulher falar, mesmo que a pergunta tivesse

3 Para mais detalhes sobre a trajetória dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul, ver, em particular, Schaaf (2001).

sido dirigida a ela. Em 1983, elas conseguiram que fosse feito um documento pelo movimento sindical defendendo que as mulheres pudessem se alistar nas frentes de emergência. Mas os companheiros sindicalistas achavam que as mulheres deveriam ser pagas somente para fazer a comida para os homens, enquanto elas brigaram para trabalhar diretamente nas frentes (Almeida, 1995, p. 115-118).

Vanete comenta ainda que, para se sindicalizarem, as mulheres tiveram que recorrer a atividades extras (vendas de ovos, galinhas, doces), para poder pagar a mensalidade, pois, muitas vezes, “passavam um ano inteirinho sem pegar em dinheiro” (Almeida, 1995, p. 76). Usa a expressão “encontros molhados” para se referir às primeiras reuniões entre mulheres, porque havia muito choro, muita emoção. “Elas descobriam que não lhes era dado nenhum valor, que não tinham direito nem de pensar, quanto mais de se manifestar” (Almeida, 1995, p. 120).

Utilizando os dados trazidos por Vanete Almeida (1995), Carmen Deere (2004) e por Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão (2006), é possível reconstruir a seguinte sequência de eventos de organização das mulheres:

Quadro 2. Principais eventos de organização das mulheres rurais (Brasil, década de 1980)

ANO	NO SUL	NO NORDESTE
1982	I Congresso da Mulher Camponesa no RS	Mobilizações das mulheres pelas frentes de emergência em vários estados
1983	I Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais (RS)	
1984	8 de março: mil agricultoras fazem uma passeata em Erechim (RS); criação do MMA em Santa Catarina	I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, em Serra Talhada
1985	I Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora Rural no RS, com 10 mil mulheres; forma-se uma Comissão Estadual de Mulheres	

Continua →

ANO	NO SUL	NO NORDESTE
	Trabalhadoras Rurais e tira-se uma delegação para comparecer ao IV Congresso da Contag; Fundação do MMTR-PR	
	3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe em Bertioga, SP, em que participaram mulheres rurais de todo o país	
1986	Caminhada das Mulheres da Roça no RS (mobilização para a Assembleia Constituinte)	I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba; Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
1987		Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em João Pessoa, na PB, com a presença de delegadas de oito estados
1989	Fundação do MMTR-RS	

Fonte: Elaboração da autora a partir de Almeida (1995), Deere (2004) e Heredia; Cintrão (2006).

As principais questões levantadas pelos movimentos autônomos eram: o acesso das mulheres à terra (mediante a titulação conjunta com os companheiros e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família nos assentamentos de reforma agrária); o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural (em vez da identificação como “domésticas”); a garantia dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras rurais; os direitos sindicais; e questões relacionadas ao atendimento de saúde às mulheres. Havia ainda algumas especificidades conforme a região.

Maria José Carneiro, em artigo citado, afirma que, no Nordeste, as questões que mais mobilizavam as trabalhadoras eram as reivindicações por terra e as lutas por salário. Isso porque a precarização das condições de trabalho na agricultura familiar já tinha empurrado parte significativa dessas agricultoras para o trabalho externo à propriedade. Ao mesmo tempo, elas acreditavam que, se

obtivessem terra suficiente para plantar em regime familiar, não precisariam se submeter ao assalariamento.

No Sul, as reivindicações das agricultoras passavam por outros eixos: basicamente, pela questão da previdência social e de garantias de condições de produção para a agricultura familiar. Naquele contexto, a luta pela previdência significava também uma condição de sobrevivência (uma garantia de remuneração), que permitia justamente frear o processo de proletarização, caso a propriedade entrasse em risco de desintegração.

Maria José Carneiro interpreta que as reivindicações tinham dois sentidos para as agricultoras: significavam a sua afirmação como sujeitos produtivos da agricultura familiar e também a aceitação do seu papel de gênero tradicional, como produtoras de alimentos (e, portanto, do papel de esposas e mães). No caso, são posturas contraditórias, porque, ao mesmo tempo, elas desafiarão esse papel, por exigirem serem reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs, e também reafirmariam a simbiose “mulher-terra-família” como constituinte da identidade feminina no campo. Como pode ser visto na evolução dessas lutas, a visão que os movimentos terão sobre a identidade feminina camponesa também sofrerá mudanças, posteriormente, em função da sua aproximação com ideários feministas.

Carmen Deere lembra que, nesse período, ocorreram outras mobilizações que contribuíram para o aparecimento público das questões das mulheres rurais: o I Encontro Nacional de Mulheres Rurais organizado pelos órgãos de extensão rural, vinculados ao Ministério da Agricultura, em 1986, que foi precedido de encontros nos estados e municípios; os processos organizativos promovidos pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, da CUT, criada naquele mesmo ano; e as ações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado pelo governo federal, que procurava dar maior espaço às reivindicações das mulheres (urbanas e rurais) nas instâncias governamentais.

Em 1986, em Barueri, foi feita uma tentativa, sem sucesso, de unificação entre os vários movimentos autônomos de mulheres rurais existentes, incluindo mulheres da CUT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1988, criou-se a Ar-

ticulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIM-TR), de que participaram o MMTR-RS, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), a Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do Paraná (CEQMTR), o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), o Movimento de Mulheres do Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (Deere, 2004).

Em 1995, essas mesmas organizações promoveram um encontro nacional em São Paulo, no qual se criou a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com representações de dezessete estados. Sua prioridade foi a Campanha Nacional “Ter documentos é um direito”. Em 2004, como veremos, em um processo de aproximação com o movimento Via Campesina internacional, essas organizações se diluíram internamente e mudaram de novo a denominação, passando a se constituir como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Entre 1986 e 1988, todos os movimentos de mulheres no Brasil – incluindo os das rurais – mobilizaram-se para influenciar na elaboração da nova Constituição Nacional, promulgada em 1988. As mulheres rurais estiveram presentes como participantes ativas, organizando abaixo-assinados (um deles com cem mil assinaturas) e realizando marchas até Brasília para defender a ampliação dos seus direitos civis. Obtiveram duas importantes conquistas na nova Carta: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social para todos os fins (aposentadoria, seguro-saúde, licença-maternidade) na condição de seguradas especiais.

No âmbito do sindicalismo rural, representado até então praticamente com exclusividade pela Contag (apesar de, nessa época, já ter sido criado o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e também outras centrais sindicais, mas nenhuma delas com a expressão da Contag no meio rural), realizou-se, em 1988, a primeira Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, cujo foco foi a pressão junto ao Congresso Nacional para garantir que as conquistas da Constituinte não fossem diluídas no processo de votação das legislações complementares.

Outro marco importante do sindicalismo rural foi o seu V Congresso, realizado em 1991, em que, pela primeira vez, as mulheres tiveram participação considerável (cerca de 10% dos delegados, quando até então não passava de 4%) e houve a eleição de uma mulher para fazer parte da diretoria executiva. No seu VIII Congresso, em 2001, as mulheres já eram 39% do total de delegados (Deere, 2004).

No Congresso da Contag de 2002 pela primeira vez as mulheres apareceram na pauta relativa à produção agrícola e nas relacionadas à agricultura familiar. Até então, somente apareciam nas pautas de políticas sociais, questões de organização sindical e assalariados rurais (Heredia; Cintrão, 2006). Nos documentos desse Congresso, ficou reconhecido que a mulher cumpria um papel importante na construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As mulheres no MST

Dentro do MST, outro importante movimento rural criado no final do século XX, havia o entendimento de que era importante que as mulheres participassem de todas as etapas de luta pela terra: das ocupações de terras e de prédios públicos, dos enfrentamentos com a polícia, da organização dos acampamentos e assentamentos; no entanto, a discussão dos temas de gênero não era bem vista dentro do movimento, que privilegiava uma abordagem “de classe”. O tema de gênero, segundo Carmen Deere, era mesmo considerado “um transtorno”. Vários estudos apontam que, apesar de toda a experiência vivida nos períodos de “luta”, após a obtenção da terra, era comum que as mulheres voltassem aos seus papéis anteriores, subordinados aos homens.⁴ Renata Honório lembra que, somente em 1989, as “Normas Gerais do MST” apresentaram um capítulo sobre a necessidade de articulação das mulheres, falando em estimu-

4 Ver, entre outros, Rua; Abramovay (2000); Honório (2005); Lechat (1996).

lar a sua participação e combater todas as formas de preconceitos. Em 1994, apenas dez mulheres participavam da direção nacional do movimento; em 1998, eram apenas cinco (Honório, 2005, p. 3).

Renata Honório, analisando casos do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, aponta que as mudanças que ocorriam nas relações de gênero dentro dos acampamentos – uma importante etapa da luta pela terra – funcionavam como uma espécie de “laboratório” de mudanças de papéis, em que público e privado se misturavam. As experiências de participação direta nas lutas também favoreciam a que as mulheres do movimento vivessem um clima de efervescência política. Ela lembra um marco simbólico desse período, relativo à afirmação do caráter de luta das mulheres do movimento, que foi a ocupação da Fazenda São Domingos, em São Paulo, organizada e executada por mulheres, em um momento em que várias lideranças masculinas do movimento estavam detidas ou foragidas. No entanto, como não houve uma atuação deliberada de lideranças femininas no questionamento do comportamento do conjunto dos integrantes da estrutura organizativa do movimento, as mulheres e suas questões específicas continuaram relegadas a um segundo plano.

Até 1993, os esforços das suas lideranças femininas se dirigiram a promover a participação das mulheres nos grupos produtivos dos assentamentos. Gênero continuava sendo visto como algo que dividia o movimento. Em 1995, editou-se um documento importante (Programa Agrário) em que se reconhecia a dureza da vida das mulheres rurais por conta da dupla jornada, do preconceito, do machismo e das discriminações. No período seguinte, a postura da direção do movimento começa a mudar: em 1996, realiza-se o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se cria o Coletivo Nacional de Mulheres, que passa a ter a função de provocar a discussão nas instâncias internas do movimento.

Outros movimentos de mulheres rurais

Além de participar do movimento sindical, do MST e dos movimentos autônomos, as mulheres organizaram-se em outros movimentos nesse período. Um dos mais conhecidos foi a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco, surgida em 1989 no norte

do país, como resistência contra o cercamento dos babaçuais, que, até então, eram de uso coletivo das mulheres. O bloqueio dessas áreas pelos fazendeiros e a derrubada dos palmeirais comprometiam a sobrevivência de populações inteiras, em função das atividades realizadas por elas. Dos conflitos pela não derrubada das árvores, as quebradeiras passaram à questão do acesso à terra e da mudança do modelo produtivo, reivindicando a convivência com a mata, em vez de sua destruição para a criação de gado.

O movimento estendeu-se por centenas de povoados, distribuídos em quatro estados da federação (Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins). Em 1995, a articulação mudou o nome para Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB). Um dos principais méritos desse movimento foi ter conseguido criar uma identidade política forte entre as trabalhadoras: ser quebradeira de coco deixou de ser uma vergonha e passou a ser motivo de orgulho para suas integrantes, por estar identificado com uma luta social e ambiental. Do ponto de vista de mudanças estruturais, o movimento vem lutando pela criação de legislação específica que garanta o uso coletivo dos recursos nas áreas de babaçuais, tendo obtido várias vitórias no âmbito municipal (Barbosa, 2006; Antunes, 2006).

Maria Emília Lisboa Pacheco lembra que tanto as quebradeiras quanto as demais mulheres da Amazônia demoraram muito para ser reconhecidas como participantes de lutas sociais, pelo significado inovador da sua luta em relação ao restante dos movimentos:

As quebradeiras foram o primeiro movimento de mulheres com caráter ecológico. Não que as mulheres tivessem uma reflexão sobre esse caráter da sua luta; elas não tinham. Mas desde o início do movimento havia uma clareza de que elas estavam fazendo uma defesa da natureza. Porque desde o início elas eram contra a devastação dos babaçuais e a sua substituição por pecuária extensiva, que era o processo que vinha ocorrendo no Maranhão e nas regiões dos babaçuais. [...] No caso da Amazônia, todas as lutas de resistência para permanecer na terra, contra a especulação de terras, todo aquele movimento estava associado à defesa dos recursos naturais, em muitos lugares. Mas esses movimentos nunca ganhavam

muita visibilidade. A leitura sobre o caráter combativo da luta pela reforma agrária, por exemplo, sempre esteve associada mais ao sentido das ocupações. Nas lutas, nos empates⁵ nos seringais, as mulheres participavam ativamente, porque elas sempre estiveram à frente, junto com as crianças, defendendo os seringais em pé. Era um movimento de defesa da floresta, em conjunto com os demais, mas não era específico de mulheres. (Entrevista de Maria Emília concedida à autora em 2007)

As mulheres indígenas também começaram a se organizar na década de 1980, junto com outros setores dessa população – professores, estudantes, artesãs e artesãos; em nível local, regional, estadual ou nacional. Na Amazônia Brasileira (região compreendida por nove estados que fazem parte da Amazônia Legal) está situada a maioria das organizações de mulheres. Ângela Sacchi (2005) cita a existência de 27 delas somente nessa região; seis departamentos de mulheres em organizações indígenas mistas e sete organizações de mulheres situadas em estados fora da Amazônia. No mesmo artigo, a autora descreve detalhadamente o processo organizativo ocorrido em cada uma das regiões do país, destacando os principais motivos que levaram as mulheres indígenas a se mobilizarem:

Em geral, pode-se afirmar que as demandas reivindicadas pelas mulheres demonstram um duplo movimento: de um lado, têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional; de outro, vêm desenvolvendo práticas e discursos políticos com uma perspectiva

5 Estratégias de luta utilizadas pelos seringueiros desde a década de 1970 para exigir a constituição do que posteriormente foi reconhecido como “reservas extrativistas”, um tipo de assentamento rural coletivo cuja destinação principal das terras era a coleta de produtos da floresta. Nessas manifestações, os seringueiros, incluindo mulheres e crianças, se colocava, na frente das máquinas e motosserras, impedindo a derrubada da área. O sindicalista Chico Mendes foi um dos participantes ativos dos empates.

de gênero. A garantia dos territórios nacionais, uma vez que deles dependem a sobrevivência de seus povos, a revalorização da sua cultura, a busca de alternativas de sobrevivência e o direito à saúde e à educação diferenciadas são temas constantemente abordados em seus discursos. [...] Acrescentam coisas específicas de mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, coisas que o movimento geral não vai discutir. (Sacchi, 2005, p. 151)

Outro público rural que se organizou nesse período foram os homens e mulheres quilombolas. O artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 estabeleceu que os remanescentes de quilombos passassem a ter o direito à propriedade da terra em que viviam. A partir de então, desencadeou-se no país uma intensa mobilização dos movimentos negros urbanos e rurais para influenciar na formulação das regulamentações específicas, e, em particular, para pressionar o governo federal, incumbido de fazer valer esses dispositivos (realizar os laudos antropológicos, demarcar as terras, relocar eventuais ocupantes não negros, apoiar os quilombolas nas suas atividades produtivas, etc.).

Foi formada a Organização de Mulheres Quilombolas, em nível nacional, composta por maioria de rurais. O trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o desestímulo por parte dos companheiros, as dificuldades para manter/recriar tradições culturais tendo em vista a equidade de gênero são alguns dos problemas enfrentados por essas trabalhadoras, que têm muitos pontos em comum com o conjunto das agricultoras familiares e camponesas.⁶

Na década de 1990, como marcos gerais da organização das mulheres trabalhadoras rurais, destacam-se:

6 Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão, em obra citada, comentam a existência de outros movimentos de mulheres que se constituíram nesse período: Movimento das Mulheres Pescadoras, Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais Extrativistas (parte do Conselho Nacional dos Seringueiros), entre outros (Heredia; Cintrão, 2006).

- a) os Gritos da Terra, a partir de 1994, organizados por vários movimentos sindicais (Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), Contag, entre outros), que mobilizaram milhares de agricultores no país em torno de pautas de reivindicações a serem entregues ao governo federal e aos governos estaduais (Heredia; Cintrão, 2006). As mulheres fizeram parte dessas pautas e das mobilizações, com reivindicações específicas relacionadas às condições de produção (crédito e assistência técnica diferenciada). Como principal resultado das mobilizações, em 1995, foi instituído pelo governo federal o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que veio a se tornar posteriormente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- b) a realização, já comentada, do I Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, em 1996, em que foi formado o Coletivo de Mulheres daquele movimento, que editou uma cartilha, *A questão da mulher no MST*, com uma série de críticas ao fosso existente entre o discurso e a prática dos militantes do movimento com relação às mulheres;
- c) naquele mesmo ano, a realização, em Fortaleza, do I Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, de cuja coordenação o MMTR-NE participou. Esse evento contou com a participação de 237 delegadas de 21 países e assentou as bases para a posterior criação da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Sales, 2005);
- d) a criação, em 1998, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), uma articulação regional feminista e ambientalista, não governamental, presente em todos os estados da Amazônia Legal Brasileira.⁷ O Mama realizou uma Campanha pelos Direitos Previdenciários das Trabalhadoras Extrativistas Vegetal da Floresta, em conjunto com organizações de mulheres extrativistas

7 Com 147 instituições em sua rede, o Mama tem sua Secretaria Executiva em Rio Branco, no Acre, possui nove Comitês Estaduais e é subdividido em três sub-regionais.

e seringueiras, cujas propostas foram transformadas em Projeto de Emenda Constitucional, em tramitação no Congresso Nacional; embora sua atuação tenha sido recebida com reservas por alguns setores vinculados historicamente ao sindicalismo rural, teve o mérito de colocar novas questões sobre as preocupações das mulheres com a preservação ambiental, que não vinham sendo incorporadas pelas agendas políticas até então;

e) em 1999, o início da preparação da primeira Marcha das Margaridas (que veio a ocorrer efetivamente em Brasília no ano 2000). Foram organizados eventos regionais e municipais em todo o país, naquele ano, sob coordenação da Contag, do MMTR-NE, do MIQCB, entre outras organizações de rurais. A Marcha das Margaridas fez parte da programação da Marcha Mundial de Mulheres e no seu ato final contou com a presença de cerca de 20 mil mulheres em Brasília, que se mobilizaram sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Obtiveram como resposta a Resolução nº 6, de 22/2/2001, em que o governo federal se comprometia a incluir a perspectiva de gênero em todos os instrumentos administrativos sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (Deere, 2004)⁸

Essas ações continuaram a ocorrer nas décadas seguintes, em que as mulheres rurais permaneceram como as principais responsáveis pelas mobilizações de massa no país, com a organização das Marchas das Margaridas e as mobilizações promovidas pela Via Campesina.⁹

8 Berenice Gomes da Silva faz uma análise detalhada das três Marchas das Margaridas que tinham sido realizadas até 2007, em sua dissertação de mestrado (Silva, 2008).

9 Essa posição só será superada nas jornadas de 2013, com a eclosão dos movimentos estudantis em torno da questão do preço das passagens de ônibus, a que posteriormente se agregaram outros temas (questões sobre a violência urbana, corrupção e outras).

Em 2003 ocorreu a segunda versão da Marcha das Margaridas, com cerca de 50 mil mulheres. Na pauta, um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos: o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres; acesso a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental; acesso a documentação básica; políticas de saúde e educação, e prevenção da violência contra as mulheres no meio rural (Heredia; Cintrão, 2006).

A terceira Marcha das Margaridas ocorreu em 2007, também em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres. Ampliou-se a sua coordenação, que passou a contar, entre outros, com o Mama e também com redes internacionais (como a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul e a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe). Sua pauta, bastante extensa, além das reivindicações históricas das mulheres rurais, tinha como novidades a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo – uma frente que não fazia parte da agenda geral do movimento sindical. Por outro lado, enfatizavam a preocupação do conjunto das mulheres sindicalistas com a questão da violência de gênero no campo, exigindo do governo a criação de condições para o cumprimento do previsto na Lei Maria da Penha, que havia sido promulgada em 2003 (de prevenção da violência contra as mulheres).

Em 2011, mais uma vez a Marcha das Margaridas chamou a atenção pela quantidade de mulheres mobilizadas em Brasília, cerca de 50 mil, após um ano de organização nos municípios e regiões. A pauta da Marcha, apresentada ao governo federal, estava dividida em oito eixos estratégicos e incluía a agroecologia como segunda prioridade (apenas precedida da questão da preservação da biodiversidade e do acesso aos recursos naturais por parte das camponesas e dos camponeses). Dois anos mais tarde, como parte da II Conferên-

cia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, a presidenta da República, Dilma Rousseff, lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, fazendo referência às reivindicações apresentadas pelas mulheres na Marcha, reconhecendo a força do movimento.

Leonilde Medeiros, pesquisadora social dos movimentos rurais, lembra que a Marcha das Margaridas não pode ser vista como um fenômeno isolado do movimento sindical rural.

Desde os anos 1970, como é sabido, aflorou uma série de demandas por reconhecimento e direitos daqueles que viviam no campo: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “canavieiros”, “pequenos agricultores”, enfim uma enorme gama de identidades que falavam de particularidades de grupos, mas que principalmente mostravam que a questão agrária brasileira era multifacetada e complexa. Aos poucos, esses novos atores foram também incorporando uma dimensão de gênero nas suas reivindicações e incluíram em seus debates e discursos temas como direitos da mulher e condições para igualdade de gênero, tanto no espaço público como no lar. (Medeiros, 2008)

A criação da Via Campesina

Na década de 1990, em âmbito internacional, teve destaque o surgimento da organização Via Campesina, como uma articulação de distintos movimentos de camponeses, indígenas e pescadores; desde o seu início, o tema da organização das mulheres tem se mostrado muito relevante. A Via Campesina foi criada em 1993, na Bélgica, como um movimento político camponês, está atualmente presente em mais de uma centena de países, em quatro continentes, e tem estado à frente das lutas pela terra e por soberania alimentar em todo o mundo desde então. A temática das relações de gênero é um dos princípios programáticos da Via, que vem dedicando esforços à organização das mulheres camponesas em vários países. No Brasil, fazem parte da Via Campesina, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres

Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

O MMC, como foi comentado, é fruto da unificação de vários movimentos autônomos de mulheres rurais – com exceção do MMTR-NE – ocorrida em 2004. A justificativa para a mudança de nome foi, entre outras questões, a busca de identidade com o movimento da Via Campesina. Sua manutenção como um movimento autônomo, no entanto, vinha basicamente de uma divergência com relação ao movimento sindical (mas não só; essa crítica era feita também aos demais movimentos rurais): a de que aquela estrutura continuava não comportando as demandas específicas das mulheres, ficando com uma pauta muito restrita e unívoca (Bordalo, 2006, p. 5).¹⁰

As mulheres da Via Campesina têm protagonizado todos os anos, desde março de 2006, uma série de eventos públicos que marcam o Dia Internacional da Mulher como uma jornada de lutas. O mais famoso desses eventos foi a ocupação dos laboratórios da Ara-cruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, já mencionada no início deste livro; nos anos seguintes, foram promovidas ocupações de fazendas, de prédios públicos, de redes de *fast-food*. Os temas privilegiados por esses movimentos têm sido: a soberania alimentar, a defesa da biodiversidade e a promoção da alimentação saudável, na perspectiva de construção de um modelo de desenvolvimento rural baseado no campesinato.¹¹

10 Caroline Bordalo lembra que os motivos por trás dessa unificação estavam relacionados com as tradições diferenciadas de representação vinculadas a uma e a outra forma de ação política, por parte dos movimentos autônomos (representados pelas organizações que permaneceram no MMC) e por aquelas que se retiraram da unificação (organizadas no MMTR-NE, mais vinculado às práticas sindicais).

11 Esse tema será tratado no capítulo 6 deste livro.

Por último, é preciso considerar como elemento que favoreceu a organização das agricultoras no Brasil a existência de um número significativo de ONGs voltadas para as questões do desenvolvimento rural, muitas das quais passaram a utilizar enfoques de gênero, e também de organizações feministas que passaram a trabalhar com as mulheres rurais. Entre essas, destacam-se particularmente a Sempreviva Organização Feminista (SOF), com sede em São Paulo; o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, com sede em Recife; a Casa da Mulher do Nordeste, também com sede em Recife; o Centro Feminista 8 de Março, em Mossoró, entre outras que têm assessorado os movimentos de mulheres nas suas mobilizações e na interlocução com poderes públicos e também incentivado a organização de experiências produtivas e de comercialização solidária envolvendo grupos de mulheres rurais.

Agendas pendentes para as mulheres rurais

É inegável que um conjunto importante de reivindicações dos movimentos de mulheres começou a ser atendido nos últimos anos no Brasil, na forma de programas e ações governamentais voltados para a promoção de uma maior equidade de gênero. Isso se deveu à existência de setores governamentais sensíveis a essas questões. Em 2003, no início do governo Lula, criou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério, responsável pela realização de duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (em 2004 e 2007). Dessas conferências, resultaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II.

Esses eventos contaram com significativa participação das mulheres trabalhadoras rurais, que exigiram políticas que as beneficiassem como trabalhadoras e como moradoras do meio rural, enfocando problemas tais como o acesso à documentação civil, à terra, ao crédito, à assistência técnica, à organização produtiva. As mulheres trouxeram ainda para as conferências suas preocupações com relação às questões ambientais, com a falta de infraestrutura no meio rural e com o enfrentamento da violência contra a mulher. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou-se um órgão específico para tratar dessas questões, o Programa de Promoção da

Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) (Cintrão: Siliprandi, 2011, p. 188).¹²

Apesar de todos os esforços, trabalhadoras rurais, agricultoras familiares e camponesas em geral ainda vivem uma série de dificuldades em seu cotidiano. Beatriz Heredia e Rosangela Cintrão, em artigo publicado em 2006, fizeram um balanço sobre as transformações vividas pelas mulheres rurais brasileiras na década anterior, em que se destacam:

- a precariedade das condições de infraestrutura vividas no meio rural brasileiro, em especial a falta de água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário, faz com que piorem ainda mais as condições de exercício, por parte das mulheres, das tarefas domésticas. Na falta de energia elétrica, por exemplo, não podem contar com eletrodomésticos já corriqueiros em grande parte dos lares urbanos (como geladeiras); ademais, normalmente cabem a elas e às crianças as tarefas de obtenção de água para uso da família e para a criação dos animais;
- as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para terem acesso à educação e aos serviços de saúde; a precariedade desses serviços impacta diretamente as atividades realizadas por elas, normalmente responsabilizadas pelo cuidado com os filhos;
- a falta de renda própria da maioria das mulheres rurais; os resultados do seu trabalho são somados às receitas da família, cujo uso será decidido, na maioria das vezes, sem sua par-

12 O Ppigre funcionou como uma assessoria de gênero àquele Ministério, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres. Em 2010, o Ppigre passou por uma reformulação, sendo denominada Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), ligada ao Gabinete do Ministro. Posteriormente, no final de 2010, foi transformada em uma Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (Cintrão; Siliprandi, 2011, p. 188).

participação direta. Nas estatísticas oficiais (censos, pesquisas) não é possível obter informações sobre a sua contribuição econômica à unidade familiar, pois, embora sejam contabilizadas como força de trabalho, aparecem como “membros não remunerados da família”;

- o não reconhecimento histórico da sua condição de trabalhadoras, que fez com que, apenas após a Constituição Federal de 1988, passassem a usufruir direitos sociais básicos, como previdência social, licença-maternidade, auxílio-doença, entre outros; essa situação, somada ao fato de não terem remuneração ou bens em seu nome, acaba por comprometer as suas condições autônomas de sobrevivência, sobretudo quando idosas;
- a dificuldade em acessar a terra em próprio nome (seja pela herança, seja pela compra no mercado, seja nos processos de assentamento de reforma agrária), o que faz com que sejam ainda mais precárias as condições de sobrevivência de mulheres sozinhas; sem terra, as mulheres não podem plantar alimentos para si e para os filhos, não podem obter rendas extras (pelo aluguel da terra), não podem acessar financiamentos, etc.;
- a falta de documentos civis básicos, tais como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, entre outros, decorrente da invisibilidade do seu trabalho e subalternidade em que vivem dentro da família rural. Para muitas mulheres, a falta de documentação dificulta a participação em programas estatais, constituindo-se em mais um fator de discriminação;
- o fato de, apenas recentemente, as mulheres rurais terem sido focadas como público de programas específicos, tais como o crédito rural (Pronaf Mulher e outros), programas de capacitação técnica, de organização da produção. Historicamente, as instituições como bancos, órgãos de assistência técnica e ONGs não as reconheciam como sujeitos portadores de direitos e capazes de tomar as próprias decisões.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2000,¹³ já mostrava como essa situação de precariedade de meios de subsistência, combinada com a ideologia patriarcal no campo, tinha como efeito a vulnerabilidade das mulheres rurais, mais do que as urbanas, à violência de gênero de todos os tipos (desde xingamentos, proibição de exercer determinadas atividades, até agressão física, espancamentos, ameaças de morte e assassinatos). A situação produzia nas mulheres um sentimento contraditório de que o casamento e a maternidade, ao mesmo tempo que eram vividos como uma responsabilidade e um destino (muitas vezes a única opção para permanecer no campo), apareciam também como um peso nas suas vidas. Elas se ressentiam de que o destino das mulheres rurais fosse tão duro: além de pegar no pesado, da dupla jornada, da falta de apoio ao trabalho doméstico, sentiam na pele a brutalidade dos companheiros.

Suas aspirações eram no sentido de ter maior acesso ao mercado de trabalho e aos estudos, como forma de ter maior autonomia econômica; mas, para que a sua vida melhorasse, além de resolver essas questões concretas ligadas à sobrevivência, seria preciso mudar o relacionamento entre homens e mulheres, havendo necessidade de maior respeito às mulheres, de parte da sociedade, e de mais compreensão e cooperação, por parte dos maridos/companheiros. Esse “sentimento de vulnerabilidade”, aliado às precárias condições de sobrevivência no campo, parece estar na origem de muitos processos migratórios de mulheres jovens, que vão às cidades impulsionadas também por desejos de maior autonomia.¹⁴

13 Ver Siliprandi (2004).

14 Rosineide Cordeiro, em artigo no qual discorre sobre a importância das ações do MMTR-NE para o processo de empoderamento das mulheres rurais, faz uma análise semelhante das condições de vida daquelas trabalhadoras (desde a falta de acesso aos recursos produtivos até a falta de autonomia como cidadãs). Ademais, mostra como o seu envolvimento em processos coletivos de cunho político, próximos a um discurso feminista, abriu-lhes novas possibilidades de ação, incluindo mudanças na sua vida pessoal e familiar (Cordeiro, 2006).

Nos últimos anos foram abertas ainda outras possibilidades de participação das mulheres rurais em espaços públicos, em função também do aumento das atividades não agrícolas, e por exigência das próprias mulheres em participarem mais ativamente da vida para “fora da porteira” da propriedade, o que, como vimos, também é fruto das reivindicações das próprias mulheres organizadas.

A organização das mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações. Todos esses grupos vêm se somando aos distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres, ao mesmo tempo que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade como mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas.

Como lembra Maria Emília em entrevista já citada, apesar de muitos movimentos sociais rurais terem avaliado, quando do seu surgimento, que os movimentos de mulheres agricultoras levavam “lutas particulares”, elas mostraram que, pelo contrário, eram lutas em que estavam em jogo posicionamentos sobre o conjunto da sociedade e, em particular, sobre a forma de organização do meio rural e das atividades agrícolas. Veremos, a seguir, em que momento essas experiências organizativas de mulheres rurais se cruzaram com os movimentos que estavam construindo a agroecologia no Brasil.

O movimento agroecológico no Brasil

A modernização da agricultura ocorrida no Brasil desde a década de 1960 seguiu, em linhas gerais, o modelo da Revolução Verde, a chamada “industrialização da agricultura”. Apoiado em políticas estatais de crédito subsidiado, pesquisa e assistência técnica, esse modelo promoveu uma mudança no padrão tecnológico de produção agrícola, levando a uma maior concentração da estrutura agrária e a profundas transformações nas relações sociais no campo. Entre as suas consequências mais evidentes estão: (i) a diferencia-

ção ocorrida nos setores de produção familiar (com a integração de parte deles ao circuito da agroindustrialização); (ii) a pauperização e a marginalização dos setores voltados para o autoconsumo; (iii) o êxodo rural; (iv) a degradação ambiental, cujos sinais mais conhecidos são o aumento do desmatamento e a destruição de ecossistemas, a poluição dos solos e da água por conta dos agrotóxicos utilizados nas lavouras.

Durante as décadas de 1980 e 1990, assistiu-se ao surgimento de propostas que se contrapunham a esse modelo, encampadas por movimentos organizados de trabalhadores rurais, mas também por pesquisadores, acadêmicos e mesmo técnicos da burocracia estatal. Experiências práticas de produção “alternativa” de vários tipos (ecológica, orgânica, biodinâmica, natural) foram realizadas no Brasil – muitas vezes sob auspícios de ONGs. Herdeiro de propostas advindas da contracultura e dos movimentos de contestação social que ocorreram em nível internacional desde a década anterior (como os movimentos hippie, antinuclear, pacifista e feminista, entre outros), esse campo de atuação foi se consolidando e ganhou o nome de “agricultura alternativa”. Posteriormente, veio a se unificar em torno das propostas da agroecologia, em contraposição ao que passou a ser chamado de “agricultura convencional”.

Nilza Luzzi, em sua tese de doutorado, reconstrói a história desse movimento no Brasil, formado a partir de diferentes sujeitos. Sua pesquisa centrou-se em três grandes setores, fundamentais para o entendimento das feições que esse movimento veio a adquirir: (i) a evolução do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), que deu origem a várias ONGs que atuam no campo agroecológico em todo o país; (ii) as posições assumidas pelos principais movimentos de trabalhadores rurais organizados no Brasil, a saber, o MST, o movimento sindical “cutista” e “contaguiano”; e (iii) as políticas públicas de apoio à agroecologia editadas em nível federal, após 2003, em particular a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Marco Referencial sobre Agroecologia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (Luzzi, 2007).

No Brasil e em outros países, como já foi afirmado, o termo “agroecologia” começou a ser conhecido no final da década de 1980, a partir da publicação da tradução do livro de Miguel Altieri, *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* (Altieri, 2002). O termo passou a ter a conotação de um conjunto de conhecimentos capaz de dar suporte científico aos processos de transição para estilos de agricultura sustentáveis. A maioria das experiências práticas de produção alternativas foi definida como processos de “transição agroecológica”. A transição seria um processo gradual de redesenho dos agroecossistemas, modificando-se o planejamento estratégico da propriedade, o escopo da produção (a forma de integração com os mercados, por exemplo); e utilizando-se práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, como, por exemplo, a redução do uso de insumos externos à propriedade.

Nilsa Luzzi lembra que o debate agroecológico inicialmente se restringiu a um pequeno grupo de profissionais, principalmente das ciências agrárias, e se concentrou na crítica ao padrão tecnológico moderno e na busca de tecnologias sustentáveis (Luzzi, 2007, p. 3). As primeiras lutas políticas dos partidários das agriculturas alternativas foram pela regulamentação (e consequente diminuição do uso) dos agrotóxicos. No final dos anos 1980, o que, no início, eram apenas experiências isoladas veio a formar um conjunto articulado, simbolizado pela criação da Rede PTA.

Contribuiu para essa articulação a realização de encontros nacionais (os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, EBAAAs), desde 1981, em que se reuniam profissionais da agronomia, estudantes, pesquisadores e agricultores em torno de temas que iam desde a contestação ao modelo econômico e político até cursos de difusão de novas tecnologias. Posteriormente, movimentos sociais rurais (sindicais, de sem-terra e outros) foram assimilando essas propostas e incorporando-se a essa nascente articulação; tal processo de aproximação, como mostra a pesquisadora, foi pleno de tensões e disputas políticas, muitas das quais tomaram a forma, inicialmente, de debates sobre o alcance dessas novas tecnologias em processos de transformação social (Luzzi, 2007, p. 3).

Os EBAAAs eram organizados pela Federação das Associações de Engenheiros-Agrônomos do Brasil (Faeab) e suas federações estaduais, e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).¹⁵ Ocorreram nos anos de 1981 (em Curitiba, PR), 1984 (em Petrópolis, RJ), 1987 (em Cuiabá, MT) e 1989 (em Porto Alegre, RS). Contaram com a presença desde quatrocentas (no primeiro) até quatro mil pessoas (no último). O temário passou de uma visão estreita de repasse de tecnologias até discussões acirradas sobre modelos de desenvolvimento e o papel das agriculturas alternativas em propostas mais amplas de transformação econômica, política e social (Luzzi, 2007, p. 29).

Nilsa Luzzi faz uma análise detalhada das pautas e das políticas que foram travadas nos EBAAAs:

Nos dois primeiros EBAAAs predominaram os debates mais técnicos, nos quais eram destacadas as consequências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxicos (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças. (Luzzi, 2007, p. 19)

A autora lembra que as experiências apresentadas eram ainda bastante teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos. As experiências alternativas eram ainda poucas naquele período inicial; são citadas duas tentativas pioneiras de produção, ambas no estado de São Paulo: a fazenda Deméter, em Botucatu, que seguia os princípios da antroposofia e da agricultura biodinâmica, e a experiência de Yoshi Tsuzuki, de produção orgânica, no município de Cotia.

Nos terceiro e quarto EBAAAs a discussão foi se politizando mais, em função também do clima de abertura política que se anun-

15 O Projeto PTA/Fase participou também da organização dos segundo e terceiro EBAAAs.

ciava. Os temas dos vínculos de dependência dos agricultores com relação às indústrias (não somente mecânica e química, mas também de sementes) e o significado da agricultura alternativa como resistência a esse modelo, aliados às discussões sobre as estratégias políticas mais adequadas para se contrapor ao modelo da revolução verde, foram se tornando cada vez mais importantes.

Há poucas informações disponíveis sobre a participação das mulheres nesses encontros. Do total de inscrições para o III Encontro, cerca de 8% dos participantes era de mulheres, mas esses não são números muito confiáveis, porque as inscrições formais foram significativamente menores do que os participantes reais.¹⁶

Nos Anais do II Encontro, constam como palestrantes oito mulheres (entre dezenas de homens);¹⁷ enquanto nos Anais do III EBAA (1987) a única mulher que consta como palestrante é Regina Toledo, que participou do Painel “Comunicação Social e Agricultura Alternativa”. Dos 17 cursos realizados durante o evento, apenas dois tiveram a participação de mulheres como professoras: “Manejo ecológico de pragas, patógenos e invasoras” (Sueli Martinez de Carvalho) e “Agricultura ecológica: manejo do solo” (Ana Maria Primavesi).

16 Essas informações e as próximas foram repassadas por Maria Virgínia de Almeida Aguiar, que era estudante de agronomia na época e participante da organização do III EBAA em Cuiabá.

17 São elas: Johanna Dobereiner (Perspectivas da agricultura alternativa no Brasil, terceira palestra do evento, e Microrganismos no solo e sua importância para a agricultura, décima quinta palestra); Angela Escosteguy Aurvalle (O valor biológico dos alimentos, décima palestra); Denise Chabaribery (Balanço energético na agricultura, texto escrito junto com Eduardo P. Castanho, embora não fique claro qual dos dois autores fez a palestra, décima terceira palestra); Ana Primavesi (Matéria orgânica e fertilidade do solo tropical, décima quarta palestra); Christa Freia Ute Knapper (Criação de oligoquetas terrestres e vermicompostagem, trigésima primeira palestra); Maria do Carmo F. Esteves (Efeitos da termoterapia em sementes de quiabeiro, trigésima quinta palestra); Regina Maria Seibel (Utilização agrícola do composto orgânico, trigésima nona palestra); Áurea Celeste de Moura (Uso do composto orgânico de lixo na recuperação de solos, quadragésima palestra).

Em um folheto da Feab produzido para o XXXII Congresso de Estudantes de Agronomia, que se realizaria em Mossoró no ano de 1989, há um registro sobre reivindicações específicas de mulheres que apareceram no IV EBAA, em Porto Alegre (no mesmo ano). Segundo esse material, nas resoluções relativas ao II Painel, “Organização Social e Agricultura Alternativa”, propunha-se o reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora em mesmo nível que os homens; lutas contra toda a forma de exploração e subordinação sofrida pelas mulheres; e a necessidade de se discutirem as questões de saúde feminina, levando em consideração a exposição da mulher trabalhadora rural ao uso frequente de agrotóxicos, o que comprometeria a sua saúde e a de seus descendentes; também se repudiava o programa de controle da natalidade do então governo federal (José Sarney). Havia um indicativo de que era necessário “conscientizar o homem de que a mulher exerce o mesmo papel na sociedade que ele, caminhando lado a lado, na busca de uma sociedade mais justa e solidária”.

Muitos outros assuntos importantes para a construção do campo agroecológico tiveram espaço nas pautas dos EBAA: o modelo de ensino e de pesquisa agrícolas, os paradigmas científicos que os embasavam, o necessário diálogo de saberes entre agricultores e técnicos, a discussão sobre os fins a que se destinavam as atividades econômicas, considerando-se o dilema “seres humanos *versus* meio natural”. Discussões mais acaloradas sobre o uso político das tecnologias e sobre a possibilidade de os métodos sustentáveis de produção serem ou não capazes de produzir em grande escala também tiveram lugar, envolvendo técnicos, militantes, agricultores, estudantes.

Para além dos encontros em si, uma das instituições que mais inovou nas experiências práticas, sendo responsável pela aproximação do movimento incipiente com setores organizados dos movimentos rurais, foi o referido PTA da Fase. Esse projeto existia desde 1985, com o objetivo de identificar entidades que estavam trabalhando com alternativas tecnológicas adaptadas à realidade do campesinato. A Fase, naquela época, trabalhava basicamente com educação popular e com organização política e sindical de assalaria-

dos (urbanos e rurais), não tendo nenhuma experiência com organização produtiva de camponeses.

Conforme Maria Emília Lisboa Pacheco, então assessora da Fase, esse debate era novo na instituição e não havia consenso sobre o seu significado ou alcance:

Eu mesma tinha uma preocupação de que se tinha que ter muito cuidado com a questão tecnológica, porque senão poderia significar mais expropriação do campesinato, maior apropriação da sociedade dos produtos do trabalho camponês. Enfim, todos nós tínhamos uma visão muito ortodoxa, que, com o tempo, fomos revendo [...]. Nessa história aconteceram dois processos paralelos: a gente, da Fase, foi inovando e politizando a questão tecnológica e o Projeto TA [PTA] foi se apropriando da discussão mais política, sindical. Não podemos esquecer que havia, naquela época, uma tese, da qual, por sinal, eu discordava veementemente, que dizia que se houvesse investimentos em tecnologia a gente iria “aburguesar” o campesinato. Eu me indignava com isso, de que a gente usasse as associações somente na perspectiva “organizacional”, como um meio da luta sindical, e não para melhorar as condições de vida dos camponeses. Naquela época, o centro da luta era o enfrentamento ao latifúndio, a luta pela terra, e isso se traduzia também na luta sindical. Mas com o Projeto TA, a plataforma sindical também foi se ampliando. Entrou a questão da saúde, por conta dos agrotóxicos; embora em alguns lugares de forma muito utilitarista, muito confusa; era um dilema dentro dos sindicatos, porque havia ainda uma luta para que a “modernização” chegasse até os camponeses. Na Amazônia a questão fundiária era muito violenta, e isso marcava todas as discussões. (Entrevista de Maria Emília concedida à autora, em 2007)

Quando se deram o desligamento do PTA da Fase e a criação da Rede PTA (no final da década de 1980), esses trabalhos, embora distintos, já haviam se aproximado. A Fase estava mais presente na Amazônia, enquanto o Projeto TA havia se fixado no Sudeste, no Nordeste e no Sul do país. A problemática da tecnologia agrícola em

si havia se enriquecido pela análise de diferentes realidades produtivas e de luta pela terra, vindas das experiências práticas, sobretudo do Norte do país, em que outras prioridades estavam colocadas para os agricultores. Por exemplo, ter que pensar em formas alternativas, coletivas, de ocupação da terra, que vieram a tomar a forma de reservas extrativistas para os seringueiros e castanheiros. Maria Emília lembra que as posições trazidas por Chico Mendes, naquele período, foram fundamentais, porque, ao mesmo tempo que representava uma visão classista (Chico Mendes era do movimento sindical, militava na CUT), propunha outras formas de se pensar a problemática produtiva no meio rural, avançando o debate em direção à sustentabilidade.

A fase da substituição tecnológica durou ainda alguns anos, pela ausência de profissionais que fossem capazes de pensar de forma diferente do que era ensinado nas escolas oficiais. Para Paulo Petersen, um dos coordenadores da Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologias Alternativas (AS-PTA) (ONG que se originou da Rede PTA), “o encontro das assessorias com as organizações de base se fez mediante um verdadeiro choque epistemológico” (Petersen, 2007, p. 11). Essas assessorias estavam comprometidas com a causa do campesinato e tinham sensibilidade para acolher o conhecimento popular, mas “encontravam dificuldades de se desvincular do viés produtivista e da perspectiva difusionista de atuação” (Petersen, 2007, p. 11).

Ao final desse período, e com a aproximação dos movimentos agroecológicos latino-americanos – via o Consórcio Latinoamericano de Agroecología y Desarrollo (Clades), comentado no capítulo anterior –, essas ações foram evoluindo para a formação de redes de agricultores experimentadores (uma *revolução* na forma de pensar a produção e difusão de conhecimentos tradicionais, porque apostava no diálogo de saberes e não na primazia dos técnicos sobre os agricultores) e na formação de Centros de Tecnologias Alternativas – vinculados muito proximamente aos movimentos sociais rurais de cada região – em que esses conhecimentos pudessem ser acumulados, disponibilizados e constantemente recriados (Luzzi, 2007, p. 42-50).

No final da década de 1980, com a reestruturação do PTA-Fase, as ONGs membros se tornam autônomas e se voltam para o desenvolvimento de programas locais de desenvolvimento. Paralelamente, a incorporação dos referenciais da agroecologia e o uso de metodologias participativas trazem um grande avanço aos trabalhos que eram realizados pelas ONGs. (Luzzi, 2007, p. 18)

Hoje, mais do que uma proposta de mudança tecnológica, pela forma que o debate tomou no Brasil, a agroecologia define também um paradigma de desenvolvimento, uma base conceitual para a mudança geral no modelo agrícola e de desenvolvimento rural, em contraposição ao modelo do “agronegócio”. Para os defensores da agroecologia, o aumento da produtividade e da lucratividade não pode ser o objetivo principal da produção agrícola; em primeiro lugar, é preciso garantir a sobrevivência digna das pessoas que vivem dessas atividades (da agricultura, do extrativismo, da coleta, da pesca artesanal, etc.), assim como a sobrevivência do planeta, pelo uso de técnicas de manejo sustentável dos recursos e de conservação da biodiversidade.

Isso pressupõe um modelo baseado em pequenas unidades de produção, descentralizadas, apoiadas em um profícuo diálogo de saberes entre os conhecimentos tradicionais e científicos, numa integração “virtuosa” dos seres humanos aos ambientes naturais onde estão inseridos. Não se trata de uma proposta apenas para a agricultura: inclui a construção de uma “sociedade sustentável”, em que muitas outras questões – como, por exemplo, o papel do mercado, do consumo responsável, da produção de conhecimentos – também deverão ser redefinidas.

Nilsa Luzzi mostra como os movimentos sociais rurais, tanto o MST quanto a CUT e a Contag, foram se aproximando dessa discussão e contribuindo para que o debate “classista” se incorporasse à discussão tecnológica e ambiental. Seria necessário agregar a essa análise o significado do encontro com setores do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras provenientes do Norte do país, e em especial da Amazônia. Apesar de os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco e extrativistas em geral organizarem-se

também por dentro do movimento sindical e de luta pela terra, traziam, como foi comentado, especificidades para a discussão do movimento agroecológico que não se encaixavam na “nova lógica” da agricultura alternativa, justamente porque a atividade agrícola tomava uma importância menor do que a extrativista em suas estratégias de sobrevivência.

Os movimentos agroecológicos brasileiros se colocam hoje num “espectro ideológico” de transformação social, aproximando-se das propostas dos movimentos por ecojustiça. Propõem-se a construir outro “modo de vida” em que ganham relevo valores éticos de justiça e equidade social. Por isso, são destacadas como importantes as mudanças no relacionamento *entre as pessoas*, não apenas no relacionamento dos seres humanos com o meio natural. É aí que se abre espaço para o questionamento, dentro do ideário agroecológico, das desigualdades de poder existentes entre os homens e as mulheres no meio rural, assim como entre os jovens, os adultos e os idosos, ou entre os diferentes grupos étnicos e raciais, por exemplo.

Desde o final da década de 1990, assistiu-se a uma série de iniciativas que buscavam integrar, em redes ou instituições, os diversos setores que trabalhavam com esses temas, para fortalecer as experiências existentes e também para influenciar na definição de políticas públicas para o setor. Alguns exemplos: a realização de Seminários Nacionais e Internacionais de Agroecologia, a partir de 1999, em Porto Alegre, coordenados pela Associação Rio-grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS) e seguidos dos Congressos Nacionais e Internacionais de Agroecologia (a partir de 2003), com um número expressivo de participantes; a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, decidida em um encontro no Rio de Janeiro, também em um evento de grande representatividade; a formação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004, congregando pesquisadores e estudiosos do assunto.

Entidades de pesquisadores e de técnicos do Estado já vinham juntando-se com os movimentos sociais rurais em distintas articulações de trabalho em que se discutiam os temas das lutas sociais no campo em uma perspectiva ecológica, como era o caso do Fórum

Nacional pela Reforma Agrária, do Fórum Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

A criação da ANA, em 2002, em particular, significou a unificação e a consolidação de uma aliança política em torno da promoção da agroecologia, de todos os setores que vinham se aproximando desse debate e realizando experiências práticas produtivas e de comercialização: ONGs agroecológicas, movimentos sociais rurais, incluindo os de mulheres, aliados a técnicos estatais, pesquisadores, professores, consumidores, enfim, um amplo espectro social que se reconheceu a partir da defesa da agroecologia.

Em uma sistematização preliminar apresentada durante o II Encontro Nacional de Agroecologia, promovido pela ANA em Recife, em junho de 2006, aparece justamente essa diversidade. Foram selecionados 1.011 casos em todo o Brasil, envolvendo homens e mulheres agricultores familiares, camponeses, quilombolas, agroextrativistas, “geraizeiros” (agroextrativistas que vivem no cerrado, em Minas Gerais), agricultores urbanos, indígenas, sem-terra, ribeirinhos e pescadores artesanais. A sistematização indicou ainda os temas a partir dos quais a agroecologia estava sendo construída: sistemas agroflorestais, construção de conhecimentos, saúde e plantas medicinais, soberania alimentar, direitos territoriais, beneficiamento e comercialização da produção, entre muitos outros. As feiras ecológicas, existentes em quase todas as regiões do país, embora ainda pequenas em vendas e em abrangência geográfica, funcionam como um símbolo de como o movimento agroecológico cresceu enquanto proposta produtiva e de organização social nesses aproximadamente trinta anos de existência (ANA, 2006).

O discurso agroecológico ganhou espaço nos meios acadêmicos e dentro do Estado, com a incorporação, mesmo que pontual, de programas de apoio à agroecologia através de projetos e políticas públicas (de pesquisa, crédito, comercialização, capacitação, assistência técnica), em níveis municipal, estadual e federal. Assistimos, assim, nesta última década, à conformação de um “campo social” agroecológico, dentro do qual gravitam discursos e práticas identificados com essa proposta de transformação social. Muitas institui-

ções que participam hoje da Articulação Nacional de Agroecologia foram, ao mesmo tempo, impulsionadoras e produto dessa história.

Como visto na seção anterior, esse período correspondeu também ao de maior efervescência do processo organizativo das mulheres trabalhadoras rurais, tanto nos movimentos autônomos como dentro dos movimentos mistos. A incorporação do enfoque de gênero nas intervenções no meio rural, nos últimos anos, seja por pressão das agricultoras, seja por exigência de entidades de cooperação internacional – muitas vezes mais no discurso do que na prática –, começou a ser um fato corriqueiro em várias regiões do Brasil.

Em muitos movimentos mistos, as agricultoras foram quem primeiro se aproximou das discussões sobre agroecologia e formas sustentáveis de produção. Em todos os trabalhos de base das ONGs agroecológicas existem mulheres se organizando, participando de cooperativas, associações, feiras ecológicas, trocas de experiências. Quando chegamos à criação da ANA, em 2002, portanto, essas mulheres já vinham de distintas experiências organizativas. A participação em articulações locais, regionais e nacionais que têm por tema principal a agroecologia será, para as agricultoras, um passo a mais nessa trajetória.

As mulheres na ANA

Maria Emília Lisboa Pacheco lembra que, desde os primeiros encontros entre ONGs do campo agroecológico, entidades sindicais e movimentos sociais rurais, ocorridos no final dos anos 1990, em que se discutiu a necessidade de se criar uma articulação nacional do campo agroecológico, os movimentos de mulheres já estavam presentes, ainda que em franca minoria. Além de Maria Emília, participaram dessas reuniões duas ou três mulheres, vindas de ONGs de assessorias e do MMC, que apresentaram a proposta de que, nos encontros seguintes, fossem feitos esforços para a mobilização de mais mulheres (entre todas as entidades participantes) a fim de buscar equilibrar a participação de gênero nessas instâncias. Porém, os resultados foram pífios. A maioria das instituições enviava representantes homens para as reuniões, mesmo quando se sabia que havia mulheres que previamente haviam sido convidadas para participar (Maria Emília, em entrevista concedida à autora em 2007).

Desde 1998, havia se iniciado uma articulação de mulheres no âmbito da Rede PTA do Sudeste, envolvendo nove entidades que trabalhavam com agroecologia,¹⁸ e assessorada por uma ONG feminista (SOF) para discutir como melhorar a intervenção dessas entidades com relação às mulheres. Essa articulação fez, naquele período, três encontros de trocas de experiências e de reflexão: em Piúma, em 1998, e em Itaúnas, em 2000, ambas no Espírito Santo; e em Santana dos Montes, em Minas Gerais, em 2001.¹⁹ O ponto central desses encontros era discutir a problemática da agricultura familiar sob o enfoque de gênero. Chegou-se a um compromisso entre as entidades, para se tentar avançar além dos diagnósticos sobre o papel das mulheres na agricultura, em direção a um real empoderamento das mulheres rurais. As discussões realizadas por essas entidades, particularmente sobre a necessidade de valorização da participação das mulheres no campo agroecológico, foram fundamentais para a sensibilização de um conjunto maior de lideranças, cujos resultados foram vistos em seguida, com os eventos ocorridos no I ENA, no Rio de Janeiro, em 2002.

As discussões no I ENA foram organizadas em grupos de trabalho. Entre tantos outros propostos pela comissão organizadora (sobre comercialização, assistência técnica, crédito, etc.), havia um sobre a questão de gênero. As mulheres eram cerca de 30% dos delegados (em um total de 1.120 pessoas); no decorrer do encontro, deram-se conta de que estavam quase todas participando desse GT e que ali não havia nenhum homem. Nos demais grupos, contudo, praticamente não havia mulheres. Foi avaliado então, durante

18 Entidades participantes do GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA: Associação de Programas em Tecnologias Alternativas; (AS-PTA); Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM); Centro Agroecológico Tamanduá (CAT); Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV); Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata (CTA-ZM); Programa da Terra (Proter); Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede); Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (Terra Viva).

19 Consultar: Gênero em Rede; publicação do GT Gênero da Rede PTA-Sudeste. [S.l.: s.n., s.d.].

o próprio encontro, que o formato adotado para a discussão não favorecia a participação feminina. Houve uma espécie de “revolta” das mulheres ao que elas consideraram um isolamento das suas questões; as que participavam do grupo específico saíram de sala em sala, paralisando as atividades e fazendo um chamamento aos participantes para que, na discussão de todos os temas, fossem incluídos os seus pontos de vista. Ao final do ENA, leram uma carta reivindicando maior atenção às suas questões.²⁰ Os resultados das discussões nesse GT podem ser vistos no quadro a seguir.

Quadro 3. Avanços, limites e desafios para a integração do gênero ao desenvolvimento agroecológico no Brasil, resultado da discussão do GT Gênero no I ENA (2002).

AVANÇOS	DESAFIOS	PROPOSTAS
ACESSO À TERRA E AOS RECURSOS NATURAIS		
Conquistas na legislação. Ex.: Babaçu-livre; Leis municipais de Território de Quilombo; Constituição da Reforma Agrária.	Garantir a implementação das leis e ampliação do âmbito de vigência, no caso das leis municipais e a titulação conjunta nas áreas de reforma agrária.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando essas questões na ponta dos movimentos e organizações participantes do ENA.
RECONHECIMENTO DO TRABALHO DA MULHER E DE SUA CONTRIBUIÇÃO NA RENDA FAMILIAR		
Auto-organização das mulheres na produção, beneficiamento e comercialização, e autonomia na gestão de recursos financeiros. Homem assumindo trabalho doméstico para possibilitar participação da mulher no Movimento.	Romper com a divisão sexual do trabalho e com a invisibilização do trabalho das mulheres, considerado como ajuda; redivisão das tarefas domésticas no cotidiano.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando essas questões na pauta dos movimentos e organizações participantes do ENA.
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E TÉCNICOS		
A formação de mulheres fortalecendo a autoestima, a participação e a organização.	Ampliar o número de homens e mulheres na formação em gênero;	Incentivar processos de capacitação em gênero e incluir mulheres nas

Continua →

20 Ver a Carta do GT Gênero em: Cardoso; Schottz; Pacheco (2008, p. 9).

AVANÇOS	DESAFIOS	PROPOSTAS
	ampliar o número de mulheres na capacitação técnica.	capacitações em agroecologia.
AUTOIDENTIFICAÇÃO (IDENTIDADE)		
Organização e capacitação fortalecendo o processo de autoidentificação como agricultora, extrativista, quilombola, etc.	Abranger toda a categoria através da ampliação da organização.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas.
GÊNERO COMO QUESTÃO DE MULHER		
Questão de gênero presente na pauta dos movimentos e das organizações. Organização de coletivos, comissões e grupos de trabalho sobre gênero.	Dissociar gênero de questão de mulher e envolver homens e mulheres na discussão; incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade.	Incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade na agroecologia.
GÊNERO, GERAÇÃO E ETNIA		
As questões de gênero e geração têm sido colocadas a partir do processo de organização das mulheres. A organização das mulheres tem uma importante contribuição no movimento negro.	Trabalhar as questões de forma articulada nos processos de formação; educar as novas gerações dentro dessa perspectiva.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando essas questões na pauta dos movimentos e organizações participantes do ENA.
POLÍTICAS PÚBLICAS		
Conquista de políticas que beneficiam as mulheres: titulação conjunta (casal) da terra, previdência, programas de crédito.	Ampliar essas políticas; priorizar as mulheres como beneficiárias; capacitar as mulheres na gestão financeira.	Todas as propostas de políticas públicas para a agroecologia incorporarem a perspectiva de gênero.
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA		
Conquista de cargos	Assumir o exercício do poder sem reproduzir o modelo masculino de fazer política; mulheres são mais cobradas, têm que ter desempenho maior para ter reconhecimento.	Os processos de formação e capacitação incorporar a abordagem sobre a questão.

No final de 2004, o GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, em conjunto com outras entidades, promoveu um seminário em Mario Campos, Minas Gerais, intitulado “Construindo um Diálogo entre Feminismo e Agroecologia”. Nesse seminário, além de fazerem uma avaliação do próprio ENA, foram apontadas as dificuldades de se abordarem gênero e agroecologia dentro de algumas redes que faziam parte da ANA: que essa incorporação nas ações das entidades estava se dando “sem o acúmulo do movimento feminista”; que se enalteciam as relações tradicionais entre homens e mulheres, em nome da cultura local; e que também se enaltecia a relação mulher/natureza, mantendo a mulher no lugar subordinado que lhe era imposto tradicionalmente.

Avaliou-se ainda que estava sendo buscada apenas a ampliação da participação numérica das mulheres nos movimentos, sem se discutirem as relações de poder; que gênero e produção ainda eram temas trabalhados em espaços separados; e que havia diversos problemas na forma como as próprias ONGs estavam trabalhando o tema. Outra questão apontada foi o fato de que o incentivo à participação das mulheres nos movimentos estava tendo como consequência a sobrecarga de trabalho não só para elas, mas também para os filhos e filhas. O discurso de transversalidade de gênero existia, mas faltavam indicadores para comprovar quanto essa transversalidade estava sendo obtida. Elas reclamavam ainda que a biodiversidade era um tema que só aparecia nas pautas das mulheres e que era necessário conceituarem-se as relações da agroecologia com os temas ligados à soberania alimentar, como possibilidade de se defender a cultura camponesa, o que não estava sendo feito pelo conjunto dos movimentos.

Nesse seminário se decidiu solicitar à coordenação da ANA (que havia sido formada no final do I ENA) a formalização de um GT permanente para tratar dessas questões dentro da rede. Esse GT foi criado²¹ e teve um papel fundamental na preparação do encontro

21 Chamado inicialmente de GT Gênero; atualmente se autodenomina “Mulheres da ANA”, dando relevo à sua finalidade principal, de estimular a participação das mulheres e a discussão de seus temas na rede.

seguinte (II ENA), ocorrido em 2006, em Recife. Uma das principais medidas tomadas pela Coordenação da ANA, a partir das propostas desse GT, foi que, para o II ENA, teria que ser respeitada uma cota de 50% para a mulher entre os delegados, de forma a garantir a participação equilibrada (pelo menos em termos numéricos) entre ambos os sexos.

Outra consequência importante do seminário de Mario Campos foi a formalização da criação, poucos meses depois, de um GT Gênero também dentro da Rede Ecovida, um grupo de entidades agroecológicas do Sul do país com muito peso político dentro da ANA, por agregar entidades históricas do movimento agroecológico brasileiro.²²

Entre as atividades desenvolvidas pelo GT Gênero da ANA, destacam-se: a mobilização das mulheres para participar de todas as comissões temáticas preparatórias ao II ENA, a elaboração de materiais de reflexão sobre temas considerados prioritários para as mulheres, a promoção de encontros nacionais e regionais de mulheres como espaços de capacitação para a intervenção, e pressão sobre as coordenações regionais (e sobre as entidades de base) para garantir que fosse cumprida a cota de 50% de mulheres delegadas para o encontro.

Destaca-se ainda, na preparação das mulheres para o II ENA, o folheto produzido pelo GT Gênero da ANA, intitulado “Mulheres construindo a Agroecologia”, distribuído amplamente na rede, em que se apresentavam avaliações e propostas do ponto de vista das mulheres para todos os temas que seriam discutidos no encontro. Em segundo lugar, a realização do Encontro Nacional de Mulheres

22 A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada entre o final de 1998 e o início de 1999, congregando inúmeras instituições vinculadas ao movimento agroecológico dos três estados do Sul (RS, SC e PR), inicialmente com o objetivo de implementar um sistema de certificação participativa dos produtos agroecológicos, posteriormente ampliando a sua participação para todos os temas que abrangem a agroecologia. Organiza-se em núcleos regionais e estaduais. Ver Rede Ecovida de Agroecologia (2007).

e Agroecologia, em Belém, Pará, em abril de 2006. Esse encontro, com cerca de 150 participantes, promovido em conjunto com a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (Remera), visava basicamente socializar as experiências de mulheres na agroecologia e construir o seu posicionamento político sobre os temas mobilizadores do ENA. A ideia era de que as mulheres não poderiam participar desconhecendo os temas que seriam discutidos e sem apresentar propostas voltadas aos seus interesses e necessidades. Além disso, a socialização das experiências realizadas por mulheres servia como um reforço para dar mais visibilidade às suas ações no conjunto dos movimentos.

Após esse processo de mobilização, as mulheres delegadas chegaram a 46% dos participantes do II ENA (em um total de 1.500 pessoas), um caso inédito em movimentos rurais, antes predominantemente masculinos, sendo que muitas das experiências apresentadas no encontro mostravam o protagonismo das mulheres. Ocorreu também, durante o II ENA, uma oficina preparatória para a discussão específica dos temas propostos pelas mulheres, contando com a presença de cerca de 300 pessoas. Como resultados, além de terem alcançado um aparecimento público surpreendente em movimentos mistos da agricultura familiar, conseguiram que na *Carta política do II ENA* constasse que:

As mulheres e seus movimentos têm participado ativamente da promoção da agroecologia. Chamam a atenção para a necessidade de valorização do seu trabalho; criticam a hierarquização e a fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo; defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família; reafirmam o direito de serem reconhecidas como agricultoras, camponesas e agroextrativistas. Nós, participantes do II ENA, assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-nos também a todas as formas de manifestação de violência contra as mulheres. (ANA, 2006 p. 6)

A partir dessas articulações entre diferentes movimentos de mulheres atuantes na agroecologia, suas experiências aos pou-

cos começaram a ganhar mais visibilidade também nas regiões. Multiplicaram-se as feiras de produtoras; redes de empreendedoras formaram-se no Norte e no Nordeste do país; promoveu-se uma aproximação dos movimentos de mulheres com as atividades do campo da Economia Solidária. Várias publicações com enfoque nas experiências de mulheres surgiram, discutindo seus avanços e dificuldades; como exemplos, podemos citar os materiais editados pela própria Remera, pela Casa da Mulher do Nordeste, pelo Centro Feminista 8 de Março, além de outros produzidos por ONGs mistas: Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga), Centro de Desenvolvimento Sabiá, que, apesar de tratarem de experiências agroecológicas em geral, passaram a dar mais ênfase ao trabalho das mulheres.²³

23 Consultar na bibliografia: Gomes; Amaral (2005); Casa da Mulher do Nordeste (2006); Centro Feminista 8 de Março (2003 e 2006); Caatinga; Centro Sabiá; Diaconia (2006), entre outras publicações.



Del: satisfação de batalhar pela boas causas.



As mulheres do assentamento Dandara, como tantas, enfrentam todo tipo de trabalho no campo.



Agrofloresta e conservação da biodiversidade no sul da Bahia.







Assentamento Dandara: o trabalho “leve” das mulheres.





Efigênia: cuidado com os filhos, com a casa e com a terra.





A horta de Efigênia.





○ prazer da colheita de alimentos saudáveis.



Comissão de Mulheres



Eficiência e a preservação da biodiversidade pelas sementes crioulas.





Os quintais também são lugares de descanso: Izanete.





Produção de leite na propriedade de Izanete.







Forjar do trigo o milagre do pão.

A luta não é só dentro de casa: Izanete e o Movimento de Mulheres Camponesas.







O processo de organização das mulheres no Nordeste: Neneide e o prêmio recebido pela Rede Xiquexique.



Neneide no espaço de comercialização da Rede.





XIQUE
XIQUE

- Agroecologia
- Feminismo
- Economia Solidária



No semiárido brasileiro, as mulheres estão experimentando novas formas de conviver com as adversidades climáticas.







As mulheres do assentamento estão decididas a vencer, inclusive em atividades tradicionalmente consideradas masculinas, como a produção de mel.